

Marx e a economia política: a crítica como conceito

Aloisio Teixeira

V. II N. 4 DEZ. 00 pp. 85-109

“Por mais incrível que possa parecer, [...]. a maior parte dos especialistas em economia política tem apenas noções muito confusas sobre o verdadeiro objeto do seu saber.”
(Rosa Luxemburgo, 1925, p. 35)

Significados do termo “economia política”

O que se pode e o que se deve entender exatamente por “economia política”, nos dias de hoje? No século XIX, não haveria dúvida em relação ao seu significado: a expressão era usada para designar uma determinada área do conhecimento, ou campo da ciência, voltada para o estudo dos problemas da sociedade humana relacionados com a produção, a acumulação, a circulação e a distribuição de riquezas, bem como para as proposições de natureza prática a eles associadas. A partir do final daquele século, no entanto, a expressão foi sendo progressivamente abandonada, surgindo um novo termo – *economics* – que passou a gozar da preferência dos economistas para designar a sua ciência.

Com essa troca de nomes, o sentido original do termo começou a se perder e foi sendo progressivamente esquecido, de tal modo que, hoje em dia, pelo menos duas acepções estão a ele ligadas, nenhuma das quais guarda qualquer relação com o escopo e o método que caracterizaram a Economia Política no passado. A primeira é quase um sinônimo de *economics*, cabendo em seu âmbito os mesmos problemas, as mesmas categorias e, talvez, as mesmas soluções que esse termo abrange. A preferência pelo termo clássico, nesse caso, revelaria menos uma opção baseada em fundamentos científicos do que escolhas de natureza ideológica.¹

* Professor Titular do Instituto de Economia da UFRJ.

1. Bastaria uma simples leitura dos sumários de alguns periódicos de referência em Economia Política, nacionais ou internacionais, para confirmar inteiramente essa observação.

Marx e a Economia Política: a crítica como conceito

A outra acepção é a que utiliza a expressão “economia política” para designar os pensadores da escola clássica (aí incluído Marx). Seu objeto e seu escopo, portanto, carecem de atualidade, ficando limitados ao estudo da obra dos economistas do passado, com o que passam a configurar quase que uma “pré-história” do pensamento econômico.² Com isso, o objeto e os temas da Economia Política não só carecem de atualidade, como os problemas com que ela se defrontou podem ser cancelados, pois terão sido resolvidos, ou, pelo menos, superados.

Recentemente, no entanto, uma terceira acepção³ passou a ser usada por cientistas políticos com preocupações econômicas ou por economistas com preocupações políticas, com o objetivo de produzir um entendimento mais amplo dos processos sociais em curso em nossa época e para os quais os acanhados instrumentos das ciências sociais compartimentadas não vêm dando conta. É o caso de Becker (1976), Frey (1984a e 1984b), Tooze (1984) e outros que a definem como a aplicação da metodologia da ciência econômica ao comportamento humano, ou ainda como uma aplicação da teoria dos jogos, da ação coletiva ou da escolha pública a problemas comportamentais. É principalmente o caso de Gilpin, que a entende como “... a interação recíproca e dinâmica ... entre a busca da riqueza e a busca do

2. Esse ponto de vista tornou-se “oficial” no Brasil, a partir da portaria 128 do Ministério da Educação e do Desporto, de fevereiro de 1999, que regulamenta o Exame Nacional de Cursos na Área de Economia. O texto dessa portaria, que conta com o aval do Conselho Federal de Economia, ao estabelecer, no artigo 4º, os conteúdos curriculares de cada disciplina, define o currículo de Economia Política (item j) como abrangendo: “A crítica ao mercantilismo e às origens do pensamento clássico; Smith – valor, distribuição e acumulação de capital; Ricardo – a questão do desenvolvimento econômico e da distribuição da renda; a Lei de Say – a polêmica Ricardo *versus* Malthus; Marx – valor, dinheiro e capital”. A idéia de que esse conteúdo compõe uma espécie de “pré-história” não pode ser evitada, quando se observa que o item seguinte (l) denomina-se História do Pensamento Econômico e seu estudo inicia-se com a escola marginalista. Mais adiante, a portaria, em seu artigo 5º, classifica as disciplinas da Economia em quatro áreas, ficando Economia Política em uma estranha área, designada de “Cultura Econômica”.

3. A interessante coletânea de ensaios organizada, há não mais de uma década, por Edward J. Amadeo (1989), não chegou a se constituir em uma tentativa de reconceitualização da Economia Política, apesar de seu sugestivo título. Ficou, a bem da verdade, a meio caminho entre a primeira e a segunda acepções aqui apresentadas.

poder” (1975, p. 43) ou “... para indicar um conjunto de questões a serem examinadas por meio de uma mistura eclética de métodos analíticos e perspectivas teóricas” (id., 1987, p. 9).

Em qualquer caso, no entanto – seja no dos que simplesmente preservam a antiga designação para tratar dos problemas da “economia moderna”, seja no dos que a remetem ao plano da pré-história da ciência econômica, seja no dos que, com as melhores intenções, pretendem avançar no conhecimento da interação entre os aspectos social, econômico e político da sociedade humana –, a “economia política”, não o termo, mas o conteúdo substantivo que reveste, não consegue recuperar o vigor analítico que possuía no passado.

A tentativa empreendida nesse texto não tem a pretensão de recuperar esse poder de análise, mas abrir uma trilha que nos permita construir um conceito um pouco mais rigoroso para a expressão “economia política” a partir do exame de sua própria trajetória. Vale perguntar, portanto, o que os “economistas clássicos”, até o final do século XIX, entendiam por Economia Política. Ou, dito de outra forma, o que levou os estudiosos da vida social a adotar essa expressão, durante um longo período, para designar seus esforços de conhecimento da realidade econômica do capitalismo? E por que foi ela abandonada, a partir de certo ponto da história das idéias econômicas, em troca de outra, para a qual não temos uma tradução exata em português – *economics*? O presente artigo também procura lançar algumas dúvidas e fazer algumas especulações sobre esse tema.

Tenhamos claro, desde o início, que a tarefa não é simples. Independente da denominação escolhida, a própria economia, enquanto ciência, tem encontrado enormes dificuldades para definir-se de forma consensual. Mais do que nenhuma outra, a ciência econômica contém, no próprio núcleo organizador dos problemas de que trata, as paixões e os interesses humanos; é, portanto, natural, que uma verdadeira bruma ideológica a envolva.⁴

4. “A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado.” (Marx, 1867, p. 6)

Alguns exemplos, colhidos ao acaso, ilustram o ponto. O *Manual de Economia Política*, da Academia de Ciências da extinta União Soviética, por exemplo, assim definia o termo: “A economia política é uma das ciências sociais. Estuda as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana” (Academia de Ciências da URSS, 1961, p. 11). E, logo a seguir: “A economia política é a ciência do desenvolvimento das relações sociais de produção, isto é, das relações econômicas entre os homens. Elucida as leis que regem a produção e a distribuição dos bens materiais na sociedade humana nos diferentes graus do seu desenvolvimento.” (id., p. 17)

Em perspectiva diversa, Robbins, em conhecido ensaio, no qual procura fazer uma sistematização epistemológica para definir o objeto de sua ciência, resume os esforços dos precursores da teoria marginalista e apresenta uma fórmula paradigmática, que Lessa denominou de “a promessa da tranqüilidade ou a queda no vazio” (Lessa, 1974, p. 20). Segundo Robbins, são quatro as condições que tornam qualquer ação humana passível de consideração econômica: que seus fins sejam múltiplos; que esses fins possam ser classificados por ordem de importância; que os meios disponíveis para atingir esses fins sejam limitados; que esses meios possam ter usos alternativos. A convergência desses vetores torna a ação humana sujeita a escolhas, o que é, para Robbins, a essência da conduta econômica. Como decorrência, Robbins define a economia como a ciência que “estuda a conduta humana como relação entre fins e meios escassos aplicáveis a usos alternativos” (Robbins, 1932, p. 20). O curioso é que essa é a definição dada por Robbins para *economic science* – não para *political economy* ou para *economics*.

Podemos voltar atrás no tempo e procurar as fontes de inspiração tanto dos cientistas da Academia da extinta União Soviética quanto de Robbins. Para os primeiros, nada melhor que o próprio Lênin, que dizia que “o objeto da economia política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (Lênin, 1899, p. 29). Ou Engels, que, em seu *Anti-Dühring*, nos diz que “a economia política [...] é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana” (Engels, 1878, p. 183).

Quanto a Robbins, suas fontes de inspiração direta são, sem dúvida, Jevons, Menger e Walras. Jevons, por exemplo, em atitude de pura iconoclastia, não hesitava em dizer que “o prazer e o sofrimento são [...] o objeto último do cálculo da Economia” (Jevons, 1870, p. 47). Já Menger definia os bens como aquelas coisas que satisfazem simultaneamente quatro pressupostos:

1°. A existência de uma necessidade humana. 2°. Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexos causal com a satisfação da referida necessidade. 3°. O reconhecimento, por parte do homem, desse nexos causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade. 4°. O homem possa dispor dessa coisa de modo a utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade (Menger, 1870, p. 244).

Se isso é um bem, em sua acepção geral, o bem econômico é aquele que agrega mais uma condição: “que a demanda seja maior que a quantidade de bens disponíveis” (idem: 269).

Vale observar que Menger usa o termo alemão *bedarf*, que tem dois significados: demanda e necessidade. Assim, *bedarf* significa a quantidade de bens que uma pessoa pode efetivamente consumir, a partir de qualquer critério, sua renda, por exemplo (nesse sentido, equivale ao uso comum da palavra portuguesa “demanda”); mas significa também a quantidade de bens necessária para a plena satisfação de uma pessoa, qualquer que seja a sua renda. É nesse sentido que Menger usa o termo, querendo definir os bens econômicos como aqueles que são simultaneamente úteis e escassos – o que nos remete, por certo, a Walras, que apresenta o conceito de *rareté* como o atributo das “coisas materiais ou imateriais [...] que nos são, por um lado, úteis e que, por outro, existem à nossa disposição apenas em quantidade limitada” (Walras, 1972, p. 19).⁵

5. Walras é o único dos fundadores da escola neoclássica a discutir o conceito de Economia Política, dedicando a isso toda a Seção I (quatro lições) de seu livro. Faz aí a crítica das definições anteriores e distingue a Economia Política pura da economia política aplicada e da economia social. A primeira compreenderia “a teoria do valor de troca e da troca, isto é a teoria da riqueza social considerada em si própria (Walras, 1874, 23); o objeto dessa ciência seria “a determinação dos preços, em um regime hipotético de concorrência absolutamente livre”. As demais tratariam da produção da riqueza social (economia política aplicada) e da repartição da riqueza social (economia social).

É claro que esse conjunto de definições contém forte componente ideológico, no sentido de que implicam visões de sociedade, sistemas de valores, paradigmas científicos e entendimento dos objetivos da economia científica inteiramente diversos. E não nos ajudam a dar um passo sequer no esclarecimento da questão inicialmente posta.

Por outro lado, se nos ativermos ao aspecto puramente semântico da expressão, não se pode afastar a hipótese de que tenha sido por pura erudição em línguas mortas que um quase desconhecido autor do início do século XVII tenha chamado de economia política as observações e recomendações que fazia tendo em vista o enriquecimento do reino.⁶

Afinal a expressão origina-se das palavras gregas *politeia* e *oikonomika*; *politeia* provém de *polis*, a cidade-Estado da Grécia clássica e significa organização social; *oikonomika*, por sua vez, é composta de outras duas palavras – *oikos*, casa, economia doméstica, e *nomos*, lei. Ficamos assim com uma expressão que quer dizer alguma coisa como “o estudo das leis que regem a economia das organizações sociais” e que foi usada originalmente para designar problemas econômicos de um âmbito maior que a simples economia doméstica.

Da economia política a economics

Acho que é hora de abandonarmos um pouco o árido terreno das definições e buscarmos socorro na história. Para isso, vamos recorrer a dois autores que, certamente, situam-se entre os maiores historiados do pensamento econômico, em todo os tempos: Marx e Schumpeter.

Em sua *Contribuição à crítica da Economia Política*, mais especificamente no capítulo intitulado “Apontamentos para uma história da mercadoria”, Marx diz textualmente que a economia política clássica “começa na Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguillebert, [e] termina com Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França” (Marx, 1859, p. 47). Os economistas posteriores, Marx os brinda com a alcunha de “economistas vulgares”.

6. “Antoine Montchrétien, senhor de Watteville (1575-1621), autor do *Traicté de l’Economie Politique* (1615), parece ter sido o primeiro a publicar um livro sob o título de Economia Política” (Schumpeter, 1952, p. 212).

Já Schumpeter afirma que “o nome de economistas clássicos é geralmente dado aos economistas de primeira categoria, durante o período que vai da publicação da *Riqueza das nações* (1776; portanto o próprio Smith é o primeiro deles) até a dos *Principles*, de J.S. Mill, em 1848” (Schumpeter, 1924, p. 75).

Considerando o que ambos disseram, pode-se afirmar que a economia política clássica cobre um período de cerca de duzentos anos, em que o tratamento dado aos problemas econômicos foi-se tornando cada vez mais sofisticado, até adquirir o *status* de um campo científico autônomo. Vale uma olhada rápida em alguns dos principais autores que marcaram esse espaço de tempo. Começemos pelos que escreveram até o final do século XVIII:

- William Petty (1623-1687), em primeiro lugar, deixou um conjunto de obras relevantes, entre as quais se destacam: *Taxes and Contributions* (1662), *Political Arithmetik* (1682) e *Political Anatomy of Ireland* (1691).
- Pierre de Boisguillebert (1646-1714), que, segundo Marx, estava na origem da Economia Política clássica na França e deixou, entre suas obras, uma *Dissertation sur la nature des richesses* (data desconhecida), além dos mais conhecidos *Détail de la France* (1695) e *Factum de la France* (1707).
- François Quesnay (1694-1774), já praticamente um autor do século XVIII, mais não houvesse escrito, legou-nos o fantástico *Tableau économique* (1752).
- David Hume (1711-1776) tratou de inúmeros temas econômicos em seus *Political Discours* (1752) e *Essays and Treatise on Several Subjects* (1753).
- Adam Smith (1723-1790), que dispensa maiores apresentações, deixou-nos uma *Theory of Moral Sentiments* (1759), além de sua obra máxima, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776).

Essa relação poder-se-ia estender indefinidamente, mas creio que já é representativa da obra dos autores que escreveram sobre temas econômicos até o final do século XVIII. E a citação dos títulos de seus trabalhos vale não como exibição de erudição inútil, mas para registrar que nenhum deles utiliza, na denominação de suas obras, a expressão economia política. O termo, nessa época, ainda não havia adquirido universalidade,

sendo usado de forma restrita, como, por exemplo, em Quesnay, na *Encyclopédie*, de 1757, na redação do verbete intitulado “Cereais”, ao qual segue-se, entre parênteses, a expressão “economia política”, como para especificar sob que ângulo estaria analisando o problema; e também em Adam Smith que, na *Riqueza das Nações*, denomina o Livro IV de “Sistemas de economia política”.⁷

É bem verdade que em 1767, quase dez anos antes da *Riqueza das nações*, portanto, a expressão fora usada, como título de uma obra, por James Steuart (1712-1780), em seu *An Inquiry into the Principles of Political Economy, Being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations*. Mas isso apenas mostra que a denominação, mesmo sendo usada, ainda não se havia generalizado.

No início do século XIX, no entanto, a expressão já está consolidada, e todos os autores que tratam de problemas econômicos usam-na na titulação de seus livros. É o caso de:

- Jean Baptiste de Say (1767-1832): *Traité d'Économie Politique* (1803).
- David Ricardo (1772-1823): *Principles of Political Economy and Taxation* (1817).
- Thomas Robert Malthus (1766-1834): *Principles of Political Economy* (1820).
- John Stuart Mill (1806-1873): *Principles of Political Economy* (1848).

Mesmo Marx, que não se considerava um economista, deu a *O Capital* (1867) o subtítulo de *Crítica da Economia Política*. E até os fundadores da escola marginalista, que pretendiam estar operando uma ruptura radical na metodologia de análise dos problemas econômicos, não escaparam a essa tendência:

7. Smith faz aí um balanço das idéias de seus antecessores, o que é precedido por uma introdução em que apresenta uma definição de Economia Política que devemos reter. Para ele, “economia política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a economia política visa enriquecer tanto o povo quanto o soberano” (Smith, 1776, p. 357).

- William Stanley Jevons (1835-1882): *The Theory of Political Economy* (1870).
- Carl Menger (1840-1921): *Princípios de Economia Política* (1870)⁸.
- Léon Walras (1834-1910): *Eléments d'Économie Politique Pure* (1874).

No século XIX, portanto, todos os estudos sobre problemas econômicos, quaisquer que tenham sido a orientação, o método e as conclusões, receberam a denominação de “economia política”. Foi Marshall (1842-1924), no final do século, que abandonou essa expressão e trocou-a por um novo termo, ao denominar sua obra de *Principles of Economics* (1890).

Não é difícil entender porque Marshall abandonou a expressão tradicional, Economia Política, e adotou *Economics*, como também não é difícil saber por que, em algum momento da história, os estudiosos dos temas econômicos passaram a usar economia política. Na verdade, a expressão economia política está, em sua origem, relacionada a seu inverso, a política econômica – e, portanto, a processos e a decisões que envolvem atores reais no campo da política, suas paixões e interesses.⁹

O momento histórico em que o interesse por assuntos econômicos vai atraindo um número crescente de pensadores, não só provenientes do campo da filosofia política, mas também homens com formação voltada para problemas práticos, é exatamente o momento da formação dos Estados

8. O original em alemão intitula-se *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*. É curioso observar que o termo *volkswirtschafts* significa economia nacional (economia de um povo, literalmente); quando combinada com *lehre* (ensino, teoria), no entanto, ganha um novo sentido e passa a significar economia política. O termo em alemão mais usado para designar economia política é *staatswirtschaft*, cuja tradução rigorosa é economia pública (ou do Estado). Talvez por isso Marx, tanto em *Contribuição à crítica da Economia Política* quanto em *O Capital*, tenha preferido usar *Politischen Oekonomie*, mais próxima do termo em inglês; isoladamente *oekonomie* significa economia doméstica. Em qualquer caso, o termo possui o mesmo significado etimológico que em inglês ou francês. O autor agradece a Rachel Valença e a Leandro Konder o esclarecimento desse ponto.

9. “Por Sistemas de Economia Política entendo a exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta, tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos)” (Schumpeter, 1952, p. 64. Também é significativo que Lessa (1974), ao discutir o conceito de política econômica, comece exatamente pela(s) definição(ões) de Economia Política.

nacionais e da generalização das relações mercantis. Tais processos colocaram, de forma renovada, o problema da gestão das políticas públicas, fazendo com que atividades, como as relacionadas com finanças e tesouraria, adquirissem nova importância.

Nesse contexto, o objetivo dos autores que escreveram sobre problemas econômicos, nos séculos XVII e XVIII, não era a teoria de *per se*, muito menos a construção de modelos abstratos de análise, mas a discussão e a formulação de políticas concretas, envolvendo tributos, moeda, comércio, preços etc (daí a definição que Smith dava de economia política). As teorias foram uma consequência do desenvolvimento de suas formulações: a teoria quantitativa da moeda, as teorias das vantagens de comércio, a (ou as) teoria(s) do valor e tantas outras surgiram como uma necessidade de dar uma base mais rigorosa às medidas de política que estavam sendo propostas, relacionadas à gestão da moeda, à liberdade de comércio, à prática da tributação, à formação dos preços etc.

Tais autores estavam criando o fundamento de uma nova ciência, que só vem a ganhar o *status* de um ramo autônomo do conhecimento com Adam Smith. Até então, os que tratavam de problemas econômicos não eram “economistas profissionais”. Além disso, esses problemas eram tratados no âmbito de outros ramos do conhecimento, apropriando métodos e paradigmas de outras ciências.¹⁰

O próprio Adam Smith era professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, e parte das questões de sua *démarche* em direção à economia formavam o núcleo do debate naquele campo do conhecimento, na Inglaterra. O ponto central dizia respeito à essência da natureza humana e, a partir daí, da natureza do Estado. De Hobbes a Locke e a Hume, este

10. Basta lembrar que William Petty e Quesnay eram médicos; Say trabalhou em bancos e companhia de seguro, posteriormente foi jornalista e empresário têxtil, e, finalmente, professor de economia; Ricardo foi um homem de negócios que fez fortuna na Bolsa; Malthus era sacerdote da Igreja Anglicana; Marx estudou Direito, em Bonn e Berlim, mas defendeu sua tese de doutoramento em Filosofia; David Hume vem da Filosofia Moral, bem como Adam Smith. O mais próximo da exceção foi Stuart Mill – filho de um economista, James Mill -, que não só teve uma educação acadêmica formal, mas desde cedo iniciou-se no estudo dos problemas econômicos, orientado pelo pai.

é o tema da discussão, o qual será abordado de diferentes (e contraditórias) maneiras. Para Hobbes, por exemplo, a definição do estado natural correspondia a um comportamento humano marcado pelo egoísmo, pela tendência ao conflito e à desagregação, o que impunha a presença coercitiva do Estado para a própria constituição da sociedade civil. É o Estado que define a sociedade civil, e não o contrário. Para Locke, ao contrário, o estado natural seria essencialmente bom, os conflitos não tendo a ver com a natureza humana, mas com a avareza da natureza física. A presença do Estado se impõe como consequência da organização da sociedade civil, dada a necessidade de garantir sua permanência ordenada. Com Hume, esse ponto de vista é levado ao limite, pois para ele a essência da natureza humana é constituída pelo altruísmo, sentimento que faz com que cada um trabalhe para o bem dos demais. Qualquer que seja, no entanto, a visão sobre a essência da natureza humana, no espectro que vai do egoísmo ao altruísmo, é o Estado – como fundador ou como garantidor da ordem social – que constitui a arena na qual se revelam e se resolvem as contradições e os conflitos. Economia e política não constituem um mundo dual, mas esferas superpostas em que a política submete a economia.

A contribuição de Adam Smith supera essa dicotomia, ao aceitar o princípio do altruísmo como dominante em todas as esferas do comportamento humano, exceto em uma – a que se relaciona com a obtenção de riquezas materiais – na qual prevalece o egoísmo.¹¹ Só que, nessa esfera, quando todos os indivíduos, cada um por si, exercitam o seu egoísmo, buscando o máximo de vantagens pessoais, proporcionam ao mesmo tempo o máximo de vantagens para todos – é a famosa “mão invisível”. A condição – e é nisso que está fundada a necessidade do Estado – é que cada um, ao procurar realizar os seus interesses, não impeça os demais de realizarem os deles. Esta é a tese central da *Teoria dos sentimentos morais* (1759), a partir da qual se torna claro para Smith que o conhecimento da sociedade implica o conhecimento do modo de funcionamento do mundo da produção material, ou seja, a economia. O estudo das relações

11. Para uma apresentação mais detalhada desse ponto, ver Teixeira (1989, pp. 46 e ss.).

econômicas se impõe como uma “tentativa sistemática de explicar de que modo, satisfeita a condição anterior, o livre desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico dá lugar à constituição e ao desenvolvimento da sociedade econômica” (Napoleoni, 1978, p. 47). A *Riqueza das nações* é o resultado desse empreendimento. E sua consequência é a ruptura entre o mundo da política e o da economia. Esse é o momento, como mostra Tolipan (1983), em que a economia política se coloca como ramo autônomo da ciência.

No início do século XIX, isto já ocorrera – a economia, enquanto ramo do conhecimento, já está autonomizada, bem como a questão de seu fundamento filosófico resolvida (ou esquecida). A expressão “economia política” se consolida, mas, mesmo assim, ainda guarda a memória de seu passado. Tanto que Ricardo e Malthus continuavam preocupados com problemas práticos. Outra não é a razão pela qual o primeiro denominou seu livro de *Princípios de Economia Política e tributação* e o segundo deu à sua obra o título completo de *Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática*.

Paradoxalmente, são os economistas “vulgares” (ou mais especificamente Stuart Mill), Marx e os fundadores da escola marginalista os primeiros a dar um tratamento sistemático aos estudos de economia. No caso de Mill, de forma ainda tímida, no caso de Marx, como veremos adiante, recolocando de forma radical o objeto e o método da Economia Política, e no caso dos primeiros marginalistas, realizando uma ruptura, não tão radical quanto ao fundamento filosófico dessa ciência, mas certamente afastando-se definitivamente da trajetória proposta por Ricardo.

Marshall, talvez mais do que ninguém, percebe o descolamento realizado por Jevons, Menger e Walras. Inteligentemente, porém, reveste as novas idéias com a forma e o rito que as tornariam aceitáveis pela academia, apresentando-as “como a continuação direta do pensamento ricardiano” (Teixeira, 1990, p. 10). Sua aguda percepção da ruptura que está em marcha o leva a mudar o nome de sua ciência, adotando o termo *economics*. Não se trata apenas de uma nova palavra, mas de uma completa separação com o passado e é através desse corte que se funda o campo de uma economia teórica, definitivamente separada da economia normativa.

Essa ruptura, operada por Marshall, ainda hoje não é completamente entendida.¹² Um autor como Gilpin, por exemplo, em um de seus sugestivos livros já citados, considera insuficiente a versão clássica da economia política porque corresponderia exatamente ao que hoje se chama *economics*: “Adam Smith and classical economists used [political economy]... to mean what today is called the science of economics” (Gilpin, 1987, p. 8).

O que é importante aqui reter é que, a partir daí, o escopo e o método da ciência econômica passam a adotar um rumo que a distingue dos caminhos trilhados até então. Na verdade, se considerarmos que a corrente neoclássica ou marginalista funda o *mainstream* da ciência econômica contemporânea, à base de um paradigma que privilegia a análise do equilíbrio estático, não há como recusar que os autores clássicos, seja os considerados por Marx, seja os considerados por Schumpeter, formam-lhe a pré-história. A história da ciência econômica contemporânea (*Economics*), de fato, só começa a existir com Jevons, Menger e Walras, ainda que estes insistissem em usar a velha denominação de economia política.

Marx e a crítica da Economia Política

Entre a pré-história (que se encerra com Stuart Mill) e a história (cujo marco inicial são os trabalhos dos primeiros marginalistas), no entanto, há um vazio, que não consegue ser incluído em nenhuma das duas e que, na verdade, poderia ser considerado o ponto de partida para uma nova história: Marx e sua crítica da economia política. Isto porque Marx, ao fazer a crítica das idéias de seus antecessores, tal como expressa em seus

12. Marshall, com isso, aprofunda a distinção anteriormente feita por Walras. É interessante também notar que Marshall, logo no início do Capítulo I, define “economia política ou *economics*” como “um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estritamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar”. E continua: “... de um lado é o estudo da Riqueza; de outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem” (Marshall, 1890, p. 23). É curioso observar que, com essa definição, Marshall não apenas procura minimizar a ruptura que está realizando com os clássicos, como explicita a “antropologia ingênua” que funda a ciência econômica, em suas versões clássica, vulgar ou moderna.

textos da maturidade, particularmente em *O Capital*,¹³ constitui um novo objeto, um novo método e um novo programa de pesquisa para a Economia Política – objeto, método e programa de pesquisa que reconfiguram o próprio conceito de Economia Política.

Enfrentemos o desafio proposto por Bensaïd (1997) e aceitemos a idéia de que o colapso das políticas de Estado conduzidas em nome de Marx e a crise universal dos partidos comunistas libertam-nos da pressa e do imediatismo que as exigências da militância política e as “razões de Estado” colocavam para o pensamento científico. Encaremo-lo com a tranqüilidade e a “paciência do conceito” que um autor de seu porte merece. Afinal, como reconhece Tolipan, não há mais, hoje em dia, “razão alguma para nos prevenirmos contra uma leitura de Marx que acabe por criticá-lo. Pelo contrário, talvez o seu discurso esteja afinal paralisado por mais de um século de leituras de ‘boa vontade’, um discurso inutilizado por leituras sectárias, dogmatizado pela necessidade de atacá-lo ou defendê-lo. Quem sabe se numa estratégia menos maniqueísta de leitura não esteja sua possibilidade futura?” (Tolipan, 1990, p. 71)

Essa “leitura tranqüila” pressupõe um esforço, árduo, para refazer o percurso teórico de Marx, defrontar-se com os obstáculos que enfrentou e tentar resolvê-los, separando, nesse processo, o Marx que é produto da ciência de sua época do Marx que rompe com essa ciência e a supera, realizando uma análise do movimento do capital e da sociedade burguesa que, em seus delineamentos básicos, têm muito a dizer até hoje. Até porque o capital – objeto de seu programa de pesquisa – continua dominando as relações sociais.

Certamente uma condição para isso é não nos deixarmos enredar na forma que Marx adota para sua exposição. Nesse sentido, não nos podemos esquecer de que Marx tinha a pretensão (ou a ilusão) de estar

13. Chamo aqui de textos da maturidade não apenas o Livro 1 de *O Capital*, publicado por Marx em 1867, como a *Contribuição à crítica da Economia Política*, igualmente publicado por Marx em 1859, e os três conjuntos de manuscritos por ele elaborados nos períodos de 1857-1858, de 1861-1863 e de 1863-1865, dos quais resultaram as publicações póstumas dos Livros 2 e 3 de *O Capital*, a famosa “Introdução” de 1857, os *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*.

escrevendo para operários, o que o leva, muitas vezes a apresentar o discurso científico de forma indireta, enquanto o discurso direto é de natureza essencialmente política; por outro lado, evita, consciente e declaradamente, qualquer discussão sobre a metodologia que utiliza. O desconhecimento dessas peculiaridades tem levado muitos leitores, ao fracassarem na tentativa de aprisioná-lo nos limites estreitos de uma ciência compartimentada, a recusá-lo. Marx não cabe nas fórmulas dos economistas, nem nos esquemas dos sociólogos, nem nas abstrações dos filósofos; ao contrário, seu ponto de partida metodológico é a recusa do positivismo e seu objetivo é produzir o entendimento da dinâmica e da lógica do capital.

O ponto de partida de sua *démarche* é claramente percebido por Belluzzo quando diz que “é dos problemas não resolvidos pela economia clássica que Marx parte para construir um novo objeto de conhecimento” (Belluzzo, 1980, p. 16). Este é também o ponto de vista de Althusser, para quem

‘criticar’ a economia política não pode significar criticar ou retificar tal inexatidão ou tal detalhe de uma disciplina existente, nem inclusive preencher suas lacunas, ocupar seus vazios, seguindo um movimento de exploração já amplamente iniciado. ‘Criticar a economia política’ quer dizer opor-lhe uma nova problemática e um objeto novo, submeter portanto à discussão o próprio *objeto* da economia política (Althusser e Balibar, 1969, p. 171).

A idéia, portanto, é de que Marx, ao fazer a crítica da Economia Política, constituiu um novo programa de pesquisa, reconceituando o próprio domínio científico das investigações econômicas. Mas em que consistiu esse processo? Se é certa a hipótese aqui adotada, de que a motivação dos primeiros economistas era produzir recomendações de ordem prática para a organização da vida econômica, dando-lhes em simultâneo um fundamento teórico, não há como evitar a idéia de que as categorias que foram construindo – e as teorias que as suportavam – tivessem um caráter meramente instrumental. Assim foi com o valor, assim foi com o trabalho, assim foi com o dinheiro.

Esses três pontos constituíam o núcleo central de preocupações dos economistas até o início do século XIX e foi exatamente neles que

residiram os “problemas não resolvidos” da economia clássica. Constituíam o núcleo central porque neles se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade humana, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho.

Mas, para despir esses conceitos da bruma em que estavam envolvidos, era preciso, antes de mais nada, proceder à crítica da própria metodologia com que os economistas procuravam apropriar-se do real. Os economistas tomavam os dados diretamente da realidade e os formulavam imediatamente como conceitos; com isso ficavam prisioneiros do jogo das aparências e viam nessas formas aparentes – tais como lucro, valor de uso e trabalho como produtor de valores de uso – a forma essencial (e natural) de existência da sociedade econômica.

Marx não se cansa de repetir que “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (Marx, 1894, p. 939). E, mais uma vez: “todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência” (Marx, 1867, p. 620). Ou: “o economista burguês cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta ...” (id., p. 662). Ou ainda mais claramente:

A figura pronta e acabada das relações econômicas tal como se patenteia na superfície – na existência real, por conseguinte, nas idéias que formam dessas relações seus representantes e agentes, ao tentar compreendê-las – diverge muito, sendo efetivamente o inverso, o oposto da estrutura interna delas, essencial, mas recôndita, e da correspondente conceituação (Marx, 1894, p. 236).

Prisioneira das aparências, a Economia Política não conseguia distinguir o método de pesquisa do método de exposição. No “Posfácio” à 2ª edição do Livro 1, sentindo necessidade de rebater seus críticos e de esclarecer seus leitores, Marx afirma que é preciso

[...] distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (Marx, 1867, p. 16).

Não se trata, portanto, para Marx, de descrever os fenômenos concretos, tais como são percebidos na realidade, procurando dar-lhes uma explicação, mas de construir o concreto como concreto de pensamento:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Marx, 1859, p. 14).

Com o método adotado pelos economistas anteriores, “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas”, enquanto que, com o método científico, “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (id., *ibid.*).

O elemento essencial do método adotado por Marx reside, portanto, na abstração, ou seja, na capacidade de distinguir os elementos essenciais do fenômeno analisado, afastando toda e qualquer influência que possa perturbar sua análise em estado puro. No “Prefácio da 1ª edição”, Marx advertia seus leitores de que “na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópios nem reagentes químicos” ou que “o físico observa os processos da natureza, quando se manifestam na forma mais característica e estão livres de influências perturbadoras, ou, quando possível, faz ele experimentos que assegurem a ocorrência do processo, em sua pureza”. Na pesquisa econômica, “a capacidade de abstração substitui esses meios” (Marx, 1867, p. 4).

Se o método de investigação de Marx consiste, assim, em elevar-se do concreto, enquanto realidade dada e observada, ao abstrato, para retornar ao concreto como concreto de pensamento, como “síntese de múltiplas determinações” abstratas, seu método de exposição não consiste em caminhar do simples ao complexo ou do abstrato ao concreto. É inútil enganar-se quanto a isso. Não é por um gesto de elegância e reconhecimento que Marx adota em *O Capital* a linguagem e as categorias de Hegel – embora lhe revolte o “costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres [...] em tratar Hegel [...] como um ‘cão morto’” (Marx, 1867, p. 16).

A lógica dialética é indispensável à correta construção do objeto. Marx não só trabalha em variados níveis de abstração, ao longo dos três

livros de *O Capital*, como vê o movimento real em seus desdobramentos de tese, antítese e síntese, ou de afirmação, negação e negação da negação, para usar as conhecidas categorias de Hegel. Nesse sentido, é um equívoco imaginar que o Livro 1 contém o essencial da contribuição de Marx, e que os demais livros vão acrescentando elementos de realidade, de “concretude” à análise que no Livro 1 já se apresenta completa. O próprio esforço de Marx de terminar os esboços dos demais livros, antes de se dedicar à redação definitiva do Livro 1, mostra que queria ter pronto o movimento completo da produção e da circulação do capital, antes de iniciar a publicação de seu trabalho. Só a visão global e integrada do processo de produção e de circulação do capital em seu conjunto permite-lhe retomar os grandes temas da economia clássica (valor, dinheiro, trabalho), apresentando-os em seus movimentos contraditórios e reconstruindo-os a partir dessa lógica.

No nível de abstração em que trabalha, Marx não trata do “capitalismo”, mas não pelas razões apontadas por Merrill (1990) – para quem o termo só começa a ser usado a partir da década de 1880 –, e sim porque seu objeto não é a “sociedade atual”, tal como existia em seu tempo, ou, em suas próprias palavras, “a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida” (Marx, 1875, p. 239). O objeto de Marx, anunciado na primeira frase de *O Capital*, são as “sociedades onde rege a produção capitalista” (Marx, 1867, p. 41). Ou seja, desde o início ele anuncia que está construindo um “modelo” abstrato de sociedade, em que o capital impera total e plenamente e em que pode ser estudado livre das influências perturbadoras das sobrevivências de modos de produção anteriores ou das peculiaridades do desenvolvimento histórico de cada país. Esse aliás é o sentido da advertência que faz ao leitor alemão, no Prefácio da 1ª edição, quando lhe diz: “*De te fabula narratur*”. Ao escolher a Inglaterra “como principal ilustração” de sua exposição teórica, não estava fazendo uma descrição do capitalismo inglês, mas expondo as leis determinantes do movimento do capital, que valem, ainda que modificadas (ou perturbadas) por variados fatores, para qualquer país. E ao dizer que “o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos

desenvolvido”, não estava fazendo apologia da semelhança absoluta entre os desenvolvimentos capitalistas das diferentes nações, mas que “a questão que [...] debate não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade” (Marx, 1867, p. 5).

Na construção de seu “modelo” abstrato, Marx opõe a “sociedade onde rege a produção capitalista” à “sociedade mercantil simples”. Mas, vale repisar, tanto uma como a outra, são construções abstratas que lhe permitem expor o movimento de negação pelo capital das condições (abstratas) em que a lei do valor impera em sua integridade. Pois é disso que se trata: é uma propriedade do capital, quando se torna plenamente dominante, fazer com que a realidade apareça sempre invertida. É o próprio Marx que nos diz, após ter apresentado o processo pelo qual a concorrência iguala as taxas de lucro dos diversos ramos de produção, gerando a taxa de lucro médio, e os valores em preços de produção, que

[...] a concorrência mostra 1) os lucros médios, independentes da composição orgânica do capital nos diferentes ramos, por conseguinte, da massa de trabalho vivo de que se apropria dado capital em determinado ramo de exploração, 2) ascensão e queda dos preços de produção por variar o nível de salários – fenômeno que, à primeira vista, contradiz por inteiro a relação de valor nas mercadorias, 3) flutuações dos preços de mercado que em dado período reduzem o preço médio de mercado das mercadorias não ao *valor* de mercado, mas a preço de produção de mercado que diverge claramente desse valor. Todos esses fenômenos *parecem* contradizer a determinação do valor pelo tempo de trabalho e a natureza da mais-valia consistente em trabalho excedente não-pago. *Na concorrência tudo aparece invertido* (Marx, 1894, p. 235/6).

Ao se tornar dominante, o capital subsume o trabalhador, aprisiona o trabalho, mercantiliza a força de trabalho e torna o processo de trabalho meio de produção de mais-valia e, portanto de capital. Por isso a troca, nas “sociedades em que rege a produção capitalista”, não se dá, como na “sociedade mercantil simples”, proporcionalmente à quantidade de trabalho,

mas proporcionalmente à quantidade de capital investido na produção. Desvendar e desmistificar esse processo não significa negá-lo, mas reconstruí-lo como teoria – é isso que Marx faz.

Esse caráter fetichista da produção capitalista está, no entanto, implícito na forma mercadoria (particularmente em sua forma mais geral e abstrata, que é o dinheiro), por isso é indispensável iniciar o estudo exatamente pela mercadoria (e pelo dinheiro), pela “sociedade mercantil simples”, portanto. Reconstruindo as relações entre mercadoria, dinheiro e trabalho, Marx escapa das armadilhas em que se haviam enredado os economistas clássicos ou vulgares e pode constituir, pela primeira vez na história do pensamento econômico, o estatuto teórico do conceito de valor. Isso era impossível ao pensamento clássico não só pelo fato “de a análise da magnitude do valor absorver totalmente sua atenção”¹⁴, mas também, e principalmente, porque a economia clássica considerava o modo de produção capitalista “a eterna forma natural da produção social”, escapando-lhe “o que é específico da forma valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital etc.” (Marx, 1867, p. 90, nota 32).

É a partir dessa reconstrução que Marx vai resolver os problemas não resolvidos da economia clássica. Em primeiro lugar, a questão do trabalho, que, desde o momento em que se supera a limitação “naturalista” do pensamento fisiocrático, vai ganhando espaço crescente na literatura econômica. Não escapa aos primeiros autores o caráter mercantil que o trabalho vai assumindo, mas sua leitura permanece, no entanto, prisioneira de uma ótica imediatista, que o vê apenas como produtor de valores de uso. O esforço de Marx, para abstrair a realidade imediata e ver a natureza e o papel essencial do trabalho na sociedade moderna, leva-o a estabelecer uma tripla determinação para a categoria:

- I. A forma específica da dominação burguesa, que estabelece a subsunção real como norma;
- II. A oposição entre trabalho e produto do trabalho como mercadorias distintas;

14. A esse respeito, vale reler a obra clássica de Belluzzo (1980).

III. A indiferenciação do trabalho, do ponto de vista do trabalhador e do ponto de vista do capital.

Igualmente em relação ao dinheiro, mais do que resolver o problema da economia clássica, Marx o recoloca, explicitando a natureza intrinsecamente monetária da economia capitalista. Com isso supera a dicotomia entre mundo real (o mundo das mercadorias) e o mundo das imagens (o mundo do dinheiro). Estabelece a indissociabilidade entre dinheiro e mercadoria, e, embora afirme inicialmente que a riqueza capitalista se configura em “imensa acumulação de mercadorias”, não restringe as funções do dinheiro a um papel meramente servil em relação à mercadoria, quer permitindo-lhe expressar seus preços, quer permitindo-lhe realizar esses mesmos preços. Enriquece essas funções com uma nova, que converte o dinheiro em representante da riqueza em geral, como “tesouro”. Dessa forma, Marx pode integrar a riqueza do pensamento mercantilista (Petty e Boisguillebert, em particular) à contribuição de Smith e Ricardo, ampliando o espaço analítico da economia clássica.

A questão do “tesouro” desempenha um papel vital na teoria de Marx, pois é quem faz a ponte com a natureza especificamente capitalista que o dinheiro passa a assumir. Quando o modo de produção capitalista passa a imperar, quando “o dinheiro se transforma em capital”, o dinheiro adquire um novo papel, que é o de servir de meio de existência e veículo para a realização do capital, permitindo-lhe realizar um movimento que, como o próprio Marx diz, não tem limites (Marx, 1867, p. 171). Essa nova função do dinheiro liga-se às riquíssimas observações do Livro 3, sobre o capital fictício e o dinheiro de crédito, que é a forma especificamente capitalista que o dinheiro assume, e que criam uma base para o entendimento do capitalismo moderno, onde a acumulação financeira predomina sobre todas as demais. Ao mostrar, por exemplo, como se constitui o capital fictício, Marx conclui que “assim desaparece o último vestígio da conexão com o processo efetivo de valorização do capital e reforça-se a idéia de ser o capital autômato que se valoriza por si mesmo” (Marx, 1894, p. 537). A importância do “tesouro” é que ele é a base da usura, e “o crédito se desenvolve como reação contra a usura” (idem, p. 687). No entanto, “essa reação significa nem mais nem menos que a subordinação do capital que

rende juros às condições e necessidades do modo capitalista de produção” (idem; p. 688). Ou seja, o moderno sistema de crédito, ao impor sua dominação nas relações de financiamento, apropria-se e transforma as propriedades da usura.

O que distingue o capital produtor de juros, como elemento essencial do modo capitalista de produção, não é de modo algum a natureza ou o caráter desse capital. É o fato de serem outras as condições em que opera e, por conseguinte, de mudar por inteiro a figura do prestatário que se confronta com o empregador do dinheiro (id., *ibid.*).

A forma moderna do crédito, especificamente capitalista, potencializa ao seu limite a propriedade que Marx aponta para a usura:

quanto menos o produto assume o caráter de mercadoria, quanto menos o valor-de-troca se apodera da produção, em toda a amplitude e profundidade, tanto mais o dinheiro se revela a riqueza propriamente dita, a riqueza absoluta, em relação à manifestação dela em valores-de-uso (id., p. 685).

Isto posto, podemos voltar à construção do objeto de Marx e à sua reconceitualização da “Economia Política”, a partir da análise que faz dos principais problemas com que se defrontaram seus antecessores. O objeto de Marx são as leis do movimento do capital e o conceito de economia política que constrói, a partir da crítica de seus antecessores, é o da ciência que estuda essas leis. Não se trata de uma ciência que estude as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana, como supunham os cientistas da Academia da extinta União Soviética ou, de forma mais sofisticada, Lênin e Engels; muito menos um ramo do conhecimento, baseado em uma antropologia ingênua, que vê nas necessidades humanas e em sua satisfação – em um abstrato e atemporal princípio de utilidade – o critério último das ações econômicas. E menos ainda em um visão que a reduz à pré-história da ciência econômica ou em uma mistura eclética de instrumentos e conceitos de várias ciências.

A crítica da economia realizada por Marx inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade

capitalista, ou, mais precisamente, a dinâmica contraditória do capital, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação, e daquilo que os funda e explica – a concorrência. Não pode, portanto, haver economia política – ou sua crítica, no sentido que Marx lhe emprestou – ali onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca.

E mais: como, com o capitalismo, pela primeira vez na história da humanidade, “o poder social torna-se o poder privado de particulares” (Marx, 1867, p. 147), também não pode haver Economia Política ali onde não se constituiu o Estado capitalista. Nessa “nova” Economia Política está assim presente, organicamente, um espaço especificamente político porque fundado em relações de poder e de propriedade nas quais se definem as contradições capitalistas.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS (1961). *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- ALTHUSSER, L. e BALIBAR, E. (1969). *Para leer El Capital*. México: Siglo XXI, 1978, 16. ed.
- AMADEO, E.J. (org.) (1989). *Ensaio sobre Economia Política moderna – Teoria e História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- BECKER, G. (1976). *The Economic Approach to Human Behaviour*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- BELLUZZO, L.G.M. (1980). *Valor e Capitalismo – Um ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BENSAÏD, D. (1997). *Marx, o Intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ENGELS, F. (1878). *Anti-Dühring (Ou A subversão da ciência pelo Sr. Eügen Dühring)*. Porto: Afrodite, 1973.
- FREY, B. (1984a): “The public choice view of international political economy”, *International Organization*, n. 38, 1984.
- ____ (1984b). *International Political Economics*. New York: Basil Blackwell, 1984.

- GILPIN, R. (1975). *US Power and the Multinational Corporation – The Political Economy of Foreign Direct Investment*. Londres: MacMillan, 1975.
- ____ (1987). *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- HUME, D. (1752-4). *Escritos sobre Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- JEVONS, S. (1870). *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- LÊNIN, V.I. (1899). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).
- LESSA, C. (1974). *O conceito de política econômica – Ciência e/ou ideologia?* Campinas: Unicamp, 1998.
- LUXEMBURGO R. (1925). *Introdução à Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MALTHUS, T.R. (1820). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- MARSHALL, A. (1890). *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).
- MARX, K. (1859). *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).
- ____ (1867). *O Capital* (Livro 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 12. ed.
- ____ (1875). “Crítica ao Programa de Gotha”, in Marx, K. e Engels, F., *Textos* v. 1, São Paulo: Edições Sociais, 1976.
- ____ (1894). *O Capital* (Livro 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MENGER, C. (1870). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- MERRILL, M. (1990). “The anticapitalist origins of the United States”, *A Journal of the Fernand Braudel Center – Review*, XIII, 4, Fall, pp. 465-497.
- MILL, J.S. (1848). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- NAPOLEONI, C. (1978). *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PETTY, W. (1662-82). *Obras econômicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

- POSSAS, M.L. (1989). *Dinâmica e concorrência capitalista – Uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec / Unicamp, 1989.
- QUESNAY, F. (1752). *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- RICARDO, D. (1817). *Princípios de Economia Política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- ROBBINS, L. (1932). *Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. Londres, 1932.
- SAY, J.B. (1803). *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- SCHUMPETER, J.A. (1924). *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- ____ (1952). *História da análise econômica*, v. 1. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SMITH, A. (1776). *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- TEIXEIRA, A. (1989). “Da filosofia clássica alemã à crítica da economia política – notas sobre o percurso teórico de Marx”, in diversos, *Teoria econômica – Textos Selecionados*, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ.
- ____ (1990). “‘Subversão’ e ‘restauração’ no pensamento neoclássico – uma discussão sobre a teoria subjetiva do valor”, *Texto Didático* n° 42, Rio de Janeiro: FEA/UFRJ.
- TOLIPAN, R. (1983). “Brevíssimas considerações sobre o método de Marx”, *Texto para Discussão* n° 26, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, out. 1983.
- ____ (1990). *A ironia na História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1990.
- TOOZE, R. (1984). “Perspectives and theory: a consumer’s guide”, in Strange, S. (ed.), *Paths to International Political Economy*, London: George Allen and Unwin, 1984.
- WALRAS, L. (1874). *Compêndio dos elementos de Economia Política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

